

N.F. Nº - 210742.0002/19-1
NOTIFICADO - ERONDINO NERES DO NASCIMENTO - EPP
NOTIFICANTE - ROBINSON MEDEIROS DOS SANTOS
ORIGEM - DAT NORTE / INFAZ NORDESTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 08.01.2025

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACORDÃO JJF Nº 0315-05/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS COMO NÃO TRIBUTÁVEIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A Notificada trouxe aos autos comprovação de que parte das Notas Fiscais de Saída emitidas tributáveis são de mercadorias da Substituição Tributária e com saídas isentas. Infração parcialmente subsistente. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **no Modelo Fiscalização de Estabelecimento**, lavrada em **05/02/2019** exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 14.049,63**, mais multa de 75%, no valor de **R\$ 10.537,23**, e acréscimo moratório no valor de **R\$ 3.076,90** totalizando o montante de **R\$ 27.663,76**, cujo período de apuração se fez nos meses de janeiro a dezembro de 2016.

Infração 01 – 17.04.01: Deixou de recolher o ICMS em razão de considerar receitas de vendas de mercadorias **não sujeitas à substituição tributária** por antecipação tributária **como se o ICMS já tivesse sido substituído ou antecipado**.

Enquadramento Legal: Art. 18, § 4º, II da Lei Complementar 123/06.

Multa aplicada: Art. 35 da Lei Complementar 123/06 e Art. 44, inciso I da Lei Federal de nº 9.430/96, com redação dada pela Lei de nº 11.488 de 15/06/2007.

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de Advogado, manifestando impugnação apensada aos autos (fls. 30 e 31.), protocolizada na CORAP NORTE/PA PAULO AFONSO na data de 19/06/2019 (fl. 29).

Em seu arrazoado a Notificada iniciou sua peça de defesa alegando a sua tempestividade e no tópico **“Dos Fatos”** descreveu a infração lhe imputada tratando que o Notificante apurou um índice de proporcionalidade de alíquota 2,87, 2,82, 2,84, sobre as compras, sendo que a Notificada discorda dos índices apurados tendo em vista que não foi verificado as vendas.

Asseverou que a Notificada tinha como índice de 40% a 60%, já que as vendas não são só de mercadorias adquiridas dentro do mês, também vem de estoques existentes anteriormente com substituição e antecipada, e consignou que a atividade de supermercado tem muitos produtos da substituição tributária, e antecipação e devido a empresa ser do simples nacional, não tenha como precisar uma alíquota real, visto normalmente usar só código de venda.

Finalizou que diante das justificativas acima, vem solicitar um novo levantamento e coloca à disposição da fiscalização a documentação para nova verificação.

O Notificante prestou Informação Fiscal às folhas 48 a 50 onde descreveu a infração imputada e transcreveu as alegações da Notificada e que após revisão dos levantamentos no tocante ao Índice de Proporcionalidade pelas compras, realizado pelo aplicativo AUDIG, foi constatado que foram lançadas como sendo **“Sem Substituição”** as mercadorias constantes do CFOP 6655, sendo que tal CFOP refere-se à **“Venda de combustível ou lubrificante adquirido ou recebido de terceiros destinado à comercialização”**.

Contou que nas Notas fiscais em epígrafe, a mercadoria em questão trata-se de **“ONU 1075 GÁS (ES) DE PETRÓLEO, LIQUEFEITO (S), 2.1, GPL/GLP 13 KGS”**, NCM 2711.19.10, (Item 6.11 do Anexo

Único), oriundos da empresa BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA, CNPJ 46.395.687/0015-08, inscrita como substituta tributária no Estado durante o período fiscalizado, com a inscrição 82.243.597, no valor total de R\$ 446.898,22.

Assinalou que após a correção, os valores referentes ao Índice de Proporcionalidade foram alterados conforme tabela abaixo:

MÊS	% Sem ST	% Com ST
jan	19,89%	80,11%
fev	38,78%	61,22%
mar	34,54%	65,46%
abr	62,84%	37,16%
mai	47,37%	52,63%
jun	33,13%	66,87%
jul	48,02%	51,98%
ago	36,78%	63,22%
set	14,23%	85,77%
out	34,04%	65,96%
nov	47,74%	52,26%
dez	24,76%	75,24%
Média	36,84%	63,16%

Finalizou que após os devidos ajustes, conforme tabela acima e cálculos anexos, o valor remanescente foi alterado para R\$ 1.238,30, solicitando a Procedência Parcial da Notificação Fiscal.

A Notificada fora intimada para conhecimento da Informação Fiscal na data de 21/09/2020, no entanto permaneceu silente (fl. 52).

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **no Modelo Fiscalização de Estabelecimento**, lavrada em **05/02/2019** exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 14.049,63** mais multa de 75%, no valor de **R\$ 10.537,23**, e acréscimo moratório no valor de **R\$ 3.076,90** totalizando o montante de **R\$ 27.663,76** em decorrência do cometimento de da infração (**17.04.01**) de deixar de recolher o ICMS em razão de considerar receitas de vendas de mercadorias não sujeitas à substituição tributária por antecipação tributária como se o ICMS já tivesse sido substituído ou antecipado.

Enquadramento Legal utilizado baseou-se no art. 18, § 4º, II da Lei Complementar 123/06 e multa tipificada no art. 35 da Lei Complementar 123/06 e Art. 44, inciso I da Lei Federal de nº 9.430/96, com redação dada pela Lei de nº 11.488 de 15/06/2007.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

Em síntese da defesa tratou-se que o Notificante apurou um índice de proporcionalidade de alíquota 2,87, 2,82, 2,84, sobre as compras, discordando dos índices apurados tendo em vista que não foi verificado as vendas, tendo a Notificada como índice de 40% a 60%, já que as vendas não e só de mercadorias adquiridas dentro do mês, também vem de estoques existentes anteriormente com substituição e antecipada, e devido a Notificada ser do simples nacional, não tenha como precisar uma alíquota real, visto normalmente usar só código de venda.

Na síntese da informação o Notificante assinalou que após revisão dos levantamentos no tocante ao Índice de Proporcionalidade pelas compras, constatou-se lançadas como sendo “Sem Substituição” as mercadorias constantes do CFOP 6655, sendo que tal CFOP refere-se à “Venda de combustível ou lubrificante adquirido ou recebido de terceiros destinado à comercialização” e que a mercadoria em questão nestas notas trata-se de “ONU 1075 GAS(ES) DE PETROLEO, LIQUEFEITO(S), 2.1, GPL/GLP 13 KGS”, NCM 2711.19.10, oriundos da empresa BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA, CNPJ 46.395.687/0015-08, inscrita como substituta tributária no Estado durante o período fiscalizado, com a inscrição 82.243.597, no valor total de **R\$ 446.898,22**, sendo que após a correção do Índice de Proporcionalidade e cálculos anexos, o valor remanescente foi alterado para **R\$ 1.238,30**, solicitando a Procedência Parcial da Notificação Fiscal.

Examino que a lide estabelecida se fez em relação à constatação pelo Notificante, de que a Notificada deixou de recolher o ICMS em razão de considerar receitas de vendas de mercadorias não sujeitas à substituição tributária por antecipação tributária como se o ICMS já tivesse sido substituído ou antecipado.

O Notificante averiguou que após o refazimento da análise do lançamento, em sua Informação Fiscal, que as mercadorias relacionadas ao CFOP 6655, em sua quase totalidade, tratavam-se do produto “ONU 1075 GAS(ES) DE PETROLEO, LIQUEFEITO(S), 2.1, GPL/GLP 13 KGS” adquiridos da Empresa Bahiana Distribuidora de Gás Ltda, com inscrição de substituta tributária, tendo-se, sabiamente, retirado tal produto do lançamento e após a correção do índice de proporcionalidade restou à lide o decréscimo do débito de **R\$ 14.049,63** para o diminuto **R\$ 1.238,30**, conforme Demonstrativo de Débito a seguir, a serem acrescidos dos consectários moratórios.

Nº	Data de Ocorr.	Data de Venc.	Multa %	Alíq (%)	Base Cálculo	Débito
4	30/04/2016	25/05/2016	75	2,82	23.328,37	657,86
5	31/05/2016	25/06/2016	75	2,82	6.075,89	171,34
7	31/07/2016	25/08/2016	75	2,84	5.890,85	167,30
11	30/11/2016	25/12/2016	75	2,84	8.515,14	241,83
					Total	1.238,33

Isto posto, acato as ponderações do Notificante, e voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da presente Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **210742.0002/19-1**, lavrada contra **ERONDINO NERES DO NASCIMENTO - EPP.**, devendo ser intimado ao Notificado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 1.238,33**, e multa prevista no art. 35 da Lei Complementar 123/06 e Art. 44, inciso I da Lei Federal de nº 9.430/96, com redação dada pela Lei de nº 11.488 de 15/06/2007, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 18 de dezembro de 2024

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - JULGADOR